



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DO PESSOAL

PORTARIA COMGEP Nº 482/3SC2, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2025.

Aprova a edição do “Projeto Pedagógico de Curso para o Curso de Administração de Pessoal da Aeronáutica (CAAdP)”, ICA 37-1027.

O **COMANDANTE-GERAL DO PESSOAL**, usando da atribuição que lhe confere o art. 7º, inciso VII, do Regulamento do Comando-Geral do Pessoal, aprovado pela Portaria nº 2.103/GC3, de 3 de dezembro de 2019, resolve:

Art. 1º Aprovar a ICA 37-1027 que estabelece o “Projeto Pedagógico de Curso para o Curso de Administração de Pessoal da Aeronáutica (CAAdP)”, na forma dos anexos I, II, III, IV, V e VI.

Art. 2º Revogam-se as seguintes Portarias:

I- Portaria CIAAR Nº 24/SDE, de 3 de abril de 2020, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 069, de 24 de abril de 2020;

II- Portaria DIRENS Nº 48/DPE, de 20 de março de 2020, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 050, de 26 de março de 2020;

III- Portaria COMGEP Nº 63-T/DCP, de 12 de janeiro de 2016, publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 012, de 21 de janeiro de 2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ten Brig Ar RICARDO REIS TAVARES
Comandante-Geral do Pessoal

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMANDO-GERAL DO PESSOAL



ENSINO

ICA 37-1027

**PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO PARA O
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA
AERONÁUTICA (CAAdP)**

2025

ANEXO I
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO PARA O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA
AERONÁUTICA (CApP)

SUMÁRIO

	Art.
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	1º/2º
CAPÍTULO II – APRESENTAÇÃO	3º/6º
Seção I – Contextualização	7º/13
Seção II – Princípios Norteadores do Curso	14/15
Seção III – Justificativa do Curso	16
Seção IV – Comissão de Elaboração e Revisão do PPC	17
Seção V – Formas de Ingresso	18
Seção VI – Requisitos para Acesso ao Curso	19
Seção VII – Base Legal do Curso	20
CAPÍTULO III – OBJETIVOS DO CURSO	21/22
Seção I – Objetivo Geral	21
Seção II – Objetivos Específicos	22
CAPÍTULO IV – PERFIL DO EGRESSO	23/24
CAPÍTULO V – ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	25/26
Seção I – Conteúdos Curriculares	27/28
Seção II – Matriz Curricular	29
Seção III – Organização Curricular	30
CAPÍTULO VI – METODOLOGIA DE ENSINO	31/34
CAPÍTULO VII – AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	35/37
CAPÍTULO VIII – APOIO AO DISCENTE	38/39
CAPÍTULO IX – AVALIAÇÃO DO CURSO	40/42
CAPÍTULO X – DISPOSIÇÕES GERAIS	43
CAPÍTULO XI – DISPOSIÇÕES FINAIS	44

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Instrução tem por finalidade estabelecer o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) para o Curso de Administração de Pessoal (CAdP), sob a responsabilidade da Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP).

Art. 2º Para fins desta portaria foram desenvolvidos os seguintes anexos:

- a) - anexo II, que apresenta os Dados de Identificação do Curso;
- b) - anexo III, com as conceituações utilizadas;
- c) - anexo IV, com as siglas e abreviaturas utilizadas;
- d) - anexo V, Matriz Curricular;
- e) - anexo VI, Ementário.

CAPÍTULO II

APRESENTAÇÃO

Art. 3º A evolução da tecnologia acelerou, consideravelmente, o compartilhamento e o uso das informações em escalas cada vez maiores. Temos mais ferramentas do que jamais tivemos, entretanto, a sua utilização eficiente e eficaz ainda carece de muitas melhorias.

Art. 4º Em 2010, o Comando-Geral do Pessoal (COMGEP), ciente das necessidades dos setores de pessoal militar das diversas Organizações do Comando da Aeronáutica, criou o Curso de Gestão de Pessoal da Aeronáutica (CGPA), em duas versões: para Suboficiais, Sargentos, Oficiais e Servidores Civis assemelhados que trabalhavam naquela área.

Art. 5º Após quatro anos de realização do CGPA, o COMGEP aprimorou o currículo do curso, passando a ser denominado Curso de Administração de Pessoal (CAdP), que busca enfatizar os processos e os procedimentos administrativos de responsabilidade dos setores de pessoal das OM do COMAER.

Art. 6º O CAdP é composto por conteúdos voltados para o treinamento, em que são debatidos os principais pontos da legislação concernente à administração de pessoal militar da Aeronáutica, focando os conceitos, problemas e possíveis soluções relacionados aos temas propostos.

Seção I

Contextualização

Art. 7º O CAdP faz parte de uma modelagem para os cursos EAD.

Art. 8º A finalidade do CAdP é proporcionar um nivelamento conceitual, além dos conhecimentos necessários para o exercício adequado das funções de assessoria de administração de pessoal.

Art. 9º O Projeto Pedagógico de Curso (PPC) na modalidade a distância é executado em um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) por meio da plataforma Moodle, um software livre de apoio à aprendizagem.

Art. 10 A Educação a Distância no Brasil, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) é considerada uma forma de ensino que possibilita a autoaprendizagem, fazendo uso de uma mediação sistematizada de recursos didáticos, apresentados em diferentes meios de informação.

Art. 11 Aliadas às inovações que mais estão relacionadas ao contexto educacional, a Educação a Distância tem avançado em sua regulamentação, de tal forma que a qualidade, tecnologia, competência e responsabilidade de uma instituição são requisitos essenciais.

Art. 12 Outro princípio mantido na EAD é formar cidadãos responsáveis, capazes de exercer a liderança em que venham a atuar e buscar soluções éticas, criativas e democráticas, capazes de superar os problemas com os quais venham a se defrontar.

Art. 13 Enquanto pilar para a EAD, a didática comunicativa colabora ainda mais com o objetivo de formar profissionais com inteligência autônoma, utilizando-se de um diálogo crítico com a realidade social, culminando com a prática do "aprender a pensar" voltada à ação concreta e empreendedora.

Seção II

Princípios Norteadores do Curso

Art. 14 Os princípios norteadores do CAdP são aqueles preconizados pela Lei do Ensino na Aeronáutica (LEA – Lei nº 12.464, de 04 de agosto de 2011), especificamente no Art. 3º, o qual em linhas, traz “observância dos valores, virtudes e deveres militares; profissionalização continuada e progressiva; aperfeiçoamento constante dos padrões éticos, morais, culturais e de eficiência; preservação das tradições nacionais e militares; permanente atualização doutrinária, científica e tecnológica; pluralismo pedagógico; permanente aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem e valorização do instrutor e do profissional de ensino”.

Art. 15 Proporcionar aos instruendos condições de aprendizagem que os habilitem a:

- a) identificar os fundamentos da administração de pessoal da Aeronáutica, sob uma ótica sistêmica dentro do COMAER;
- b) identificar os principais desafios que envolvem a administração de pessoal militar do COMAER;
- c) estabelecer linhas de ação e implementar a solução dos problemas relacionados à administração de pessoal militar do COMAER;
- d) aplicar as técnicas de administração militar no seu nível de atuação;
- e) coordenar o trabalho de subordinados, desenvolvendo doutrinas administrativas em todos os setores e níveis de atuação;
- f) aplicar métodos recomendados para a solução de problemas e tomada de decisões no seu nível;
- g) utilizar técnicas de assessoramento a tomada de decisões referentes aos processos em andamento no Setor de Pessoal;
- h) identificar dificuldades no cumprimento da missão atribuída ao setor de trabalho; e
- i) tratar os assuntos oficiais com zelo, assegurando a preservação da informação.

Seção III

Justificativa do Curso

Art. 16 Classificado na modalidade de qualificação profissional no nível de educação profissional, o CAdP se justifica na Lei do Ensino na Aeronáutica, que apresenta como princípio a profissionalização continuada e progressiva.

Seção IV
Comissão de Elaboração e Revisão do PPC

Art. 17 A comissão de elaboração deste PPC foi estabelecida por Portaria específica, sendo composta pelo coordenador do curso e equipe multidisciplinar do curso, que pertence à Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão (APOG).

Seção V
Formas de Ingresso

Art. 18 O ingresso ao CAdP será realizado por meio das indicações das OM do COMAER, que deverão ser feitas unicamente por sistema eletrônico, seguindo as etapas abaixo:

I - Indicação no Sistema de Gerenciamento da Capacitação (SGC), conforme procedimentos estabelecidos na TCA 37-14;

II - Seleção, sob a coordenação da DIRAP, das indicações realizadas, baseada nos critérios pré-estabelecidos na Tabela de Cursos e Estágios do COMGEP e na quantidade de vagas disponibilizadas;

III - Para os candidatos não pertencentes ao COMAER, o EMAER encaminhará as solicitações à DIRAP que fará a inserção dos candidatos indicados no SGC.

Seção VI
Requisitos Para Acesso ao Curso

Art. 19 Para acesso ao CAdP, o candidato deverá apresentar os seguintes critérios:

a) Ser Oficial, Suboficial, Sargento ou Servidor Civil assemelhado do COMAER na função de Encarregado ou Auxiliar nos seguintes setores:

I- Seção de Pessoal Militar ou Ajudância de OM sediada ou correlata;

II- Seção de Recursos Humanos de ODGSA; e

III- Setores afins, a critério do COMGEP.

b) exercer ou ser designado para exercer função em setor de administração de pessoal militar ou em níveis hierárquico superiores a este na área de recursos humanos.

Seção VII
Base Legal do Curso

Art. 20 As seguintes legislações servem de embasamento para a realização do CAdP:

a) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

b) Lei nº 12.464, de 04 de agosto de 2011 - Dispõe sobre o Ensino na Aeronáutica;

c) Estruturação da Educação a Distância no âmbito da DIRENS (ICA 37-833); e

d) Avaliação da Aprendizagem na Educação a Distância (MCA 37-345).

CAPÍTULO III

OBJETIVOS DO CURSO

Seção I

Objetivo Geral

Art. 21 Aperfeiçoar os militares/civis da ativa no desempenho de suas funções e atribuições próprias de sua graduação, considerando os aspectos relacionados à administração e ao assessoramento na tomada de decisão em seu nível de atuação.

Seção II

Objetivos Específicos

Art. 22 O CAdP tem como objetivos específicos, capacitar o aluno para:

- a) identificar os fundamentos da administração de pessoal da Aeronáutica, sob uma ótica sistêmica dentro do COMAER;
- b) identificar os principais desafios que envolvem a administração de pessoal militar do COMAER;
- c) estabelecer linhas de ação e implementar a solução dos problemas relacionados à administração de pessoal militar do COMAER;
- d) aplicar as técnicas de administração militar no seu nível de atuação;
- e) coordenar o trabalho de subordinados, desenvolvendo doutrinas administrativas em todos os setores e níveis de atuação;
- f) aplicar métodos recomendados para a solução de problemas e tomada de decisões no seu nível;
- g) utilizar técnicas de assessoramento a tomada de decisões referentes aos processos em andamento no Setor de Pessoal;
- h) identificar dificuldades no cumprimento da missão atribuída ao setor de trabalho; e
- i) tratar os assuntos oficiais com zelo, assegurando a preservação da informação.

CAPÍTULO IV

PERFIL DO EGRESSO

Art. 23 O CAdP visa o aperfeiçoamento profissional dos militares/civis da ativa, qualificando-os ao exercício das atividades inerentes ao seu posto/graduação.

Art. 24 Concebido no novo contexto organizacional da FAB, o CAdP busca o desenvolvimento de um aluno egresso que:

- a) relacione, de maneira sistêmica, sua prática aos conhecimentos de doutrina e planejamento na FAB;
- b) estime os valores institucionais;
- c) atue com maior assertividade na comunicação e no relacionamento interpessoal durante a execução de suas atividades profissionais;
- d) demonstre iniciativa na realização de ações administrativas, observando os princípios constitucionais;

e) coopere com seus líderes, no nível tático, propondo melhorias nas relações e atividades desenvolvidas; e

f) atue na liderança, dentro do seu nível hierárquico.

CAPÍTULO V

ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Art. 25 Os conteúdos curriculares do CAdP têm por objetivo atingir o perfil esperado do egresso e, além disso, apresentar os valores a fim de promover uma formação continuada no âmbito do COMAER. Nesse sentido, as disciplinas alinham-se às competências essenciais militares almejadas para o perfil do egresso, e é distribuída no Campo Técnico Especializado, conforme explicitado na Matriz Curricular (Anexos V e VI).

Art. 26 A organização teórico-metodológica do CAdP está baseada na Taxonomia dos Objetivos Educacionais. Ou seja, na definição de objetivos para o planejamento do processo ensino-aprendizagem, bem como no entendimento de que a aprendizagem acontece.

Seção I

Conteúdos Curriculares

Art. 27 Os conteúdos curriculares do CAdP estão voltados para o campo Técnico-Especializado e têm por finalidade o fortalecimento do desempenho profissional dentro dos padrões estabelecidos pelo COMAER. Estão relacionados com a natureza laborativa e suas aplicações profissionais. Tal conduta tem como direcionador o papel decisivo dos setores nas atividades do Sistema de Pessoal da Aeronáutica (SISPAER).

Art. 28 A sistemática de atualização de conteúdos, de adequação de carga horária, bibliografias e materiais didáticos será objeto de apreciação do instrutor, responsável pela consolidação e aprimoramento das necessidades pedagógicas do curso, bem como pela reformulação deste PPC.

Seção II

Matriz Curricular

Art. 29 O curso prevê a capacitação para o período de, aproximadamente, 80 (oitenta) horas, em cumprimento da matriz curricular ofertada na modalidade EAD, organizada em 16 unidades, já computadas as horas referentes às Atividades Administrativas e de Avaliação de Aprendizagem.

Seção III

Organização Curricular

Art. 30 A organização curricular do CAdP está estruturada em 16 unidades de estudo.

§ 1º Os Anexos V e VI deste projeto pedagógico de curso apresentam as matrizes curriculares no formato de tabela.

CAPÍTULO VI

METODOLOGIA DE ENSINO

Art. 31 O CAdP foi estruturado em um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) para proporcionar flexibilidade e acessibilidade aos participantes, com desenho educacional que oferece ao

aluno uma visão sequencial das disciplinas e que possibilita a percepção do seu desempenho, a partir do registro das atividades realizadas em sua barra de progresso. Neste sentido, a proposta é trazer uma análise teórica sobre a aprendizagem e o papel da mediação pedagógica em um curso, procurando apresentar caminhos para superar os desafios.

Art. 32 A metodologia de ensino adotada combina diversos métodos de aprendizagem, recursos interativos e ferramentas de avaliação para garantir um aprendizado eficiente e envolvente. O curso é dividido em módulos temáticos abordando diferentes áreas da administração de pessoal, facilitando a assimilação dos conteúdos.

Art. 33 Em cada módulo, ao final, será realizado um questionário avaliativo, com o intuito de agregar conhecimentos e analisar a capacidade de apreensão do conteúdo ministrado.

Art. 34 Ao final do curso, será realizada a média final com grau máximo de 10,0 pontos. Para aprovação, o aluno deverá obter no mínimo 70% de aproveitamento.

CAPÍTULO VII AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art. 35 A avaliação da aprendizagem planejada para o CAdP ocorrerá na modalidade somativa, de forma contínua e cumulativa, verificando a aprendizagem por meio de questionários.

§ 1º Será considerado aprovado o discente que:

- a) obtiver MF igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero); e
- b) realizar todas as atividades avaliadas disponibilizadas no AVA e obter no mínimo 70% (setenta por cento) de acerto.

§ 2º Será considerado reprovado o discente que:

- a) obtiver MF inferior a 7,0 (sete vírgula zero).

Art. 36 Ao final de cada unidade será aplicada uma avaliação com questões da disciplina cursada.

Art. 37 Será considerado aprovado o aluno que apresentar Média Final igual ou superior a 7,0 (sete vírgula zero), de acordo com a seguinte fórmula:

$$NUnid = \text{Número de Acertos} \times 1$$

$$MF = (NUnid\ 1 + NUnid\ 2 + \dots + NUnid\ 16) / 16 \text{ onde,}$$

NUnid = Nota de Avaliação em cada Unidade

MF= Média Final

CAPÍTULO VIII APOIO AO DISCENTE

Art. 38 A equipe multidisciplinar desempenha um papel fundamental no suporte ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), aos docentes e aos alunos, trabalhando no planejamento, organização e execução abrangente do curso. Essa equipe é formada por diversos profissionais, como o corpo pedagógico, especialistas em *design* instrucional, produtores de materiais audiovisuais e equipe de suporte de informática, entre outros.

Art. 39 São os profissionais que desempenham funções específicas para garantir o sucesso do curso online. O corpo pedagógico está envolvido no desenvolvimento do currículo, na definição dos objetivos de aprendizagem e na estruturação das atividades do curso. Os especialistas em *design*

instrucional trabalham na criação de estratégias de ensino e aprendizagem eficazes, adaptando o conteúdo para o ambiente online.

CAPÍTULO IX AVALIAÇÃO DO CURSO

Art. 40 A avaliação interna é um importante instrumento para o diagnóstico e elaboração de planos de melhorias para o desenvolvimento de uma Instituição de Ensino. É uma ferramenta fundamental para o autoconhecimento das instituições, pois, a partir de seus resultados é possível promover uma análise reflexiva e buscar estratégias para melhoria e garantia da qualidade educacional.

Art. 41 A avaliação será desenvolvida por meio dos dados cadastrais dos docentes, com o fito de verificar se a capacitação dos militares envolvidos no processo contemplam as necessidades específicas do curso, seja no que tange às questões pedagógicas e administrativas. Também serão consideradas, para avaliação interna, as pesquisas avaliativas. Essas têm por objetivo verificar a percepção da equipe pedagógica, administrativa e também dos discentes quanto ao curso.

Art. 42 Após a coleta das informações, o processamento dos dados é realizado por meio da extração e tabulação dos resultados. Os referidos resultados serão discutidos internamente na DIRAP, de modo a servir de subsídio na elaboração de novas metas e proposições de melhoria do planejamento institucional, bem como do projeto pedagógico.

CAPÍTULO X DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 43 Os tempos destinados às atividades administrativas são destinados às atividades inerentes ao processo de coordenação do curso, bem como para orientações específicas.

CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 44 Os casos não previstos nesta instrução serão submetidos ao Diretor de Administração do Pessoal.

ANEXO II
DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Organização Militar:	DIRAP					
Cidade:	Rio de Janeiro					
Nome do Curso:	Curso de Administração de Pessoal da Aeronáutica					
Níveis (Art. 7º da Lei nº 12.464/2011)	Educação Básica					
		Ensino fundamental				
		Ensino médio				
	Educação Superior					
		Graduação				
		Pós-Graduação				
		Extensão				
	Educação Profissional					
	X	Formação inicial e continuada ou qualificação profissional				
		Educação profissional técnica de nível médio				
		Educação profissional tecnológica de graduação				
		Educação profissional tecnológica de pós-graduação				
	Fases		Preparação		Formação	X Pós-formação
Modalidade de ensino		Presencial	X	EAD		Semipresencial
Duração do tempo de aula	Não aplicável					
Duração do curso	12 semanas					
Carga horária total do curso	80 horas					
Certificação conferida	Certificado de conclusão de Curso emitido pela Diretoria de Administração do Pessoal da Aeronáutica.					
Base Legal do Curso	Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 12.464, de 04 de agosto de 2011 - Dispõe sobre o Ensino na Aeronáutica Estruturação da Educação a Distância no âmbito da Diretoria de Ensino (ICA 37-833) Avaliação da Aprendizagem na Educação a Distância (MCA 37-345)					

ANEXO III CONCEITUAÇÕES

ALUNO	Militar ou civil matriculado em uma Organização de Ensino com a finalidade de realizar um curso ou estágio. Também denominado discente, instruendo ou estagiário. Sua situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas estão regulados pelo Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980).
AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM	<p>Plataforma tecnológica preparada para propiciar a interação entre docentes e discentes, por meio de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), em lugares e tempos síncronos (interação simultânea) ou assíncronos (interação em momentos distintos).</p> <p>O ambiente virtual definido como padrão pelo Comando da Aeronáutica (COMAER) para o Sistema de Ensino da Aeronáutica (SISTENS) é o Moodle.</p> <p>A sigla “Moodle” vem do inglês, e significa Modular Object Oriented Dynamic Learning Environment, ou seja, ambiente de Aprendizagem Modular Orientado ao Objeto. Dessa forma, os recursos disponíveis devem ser utilizados de maneira planejada para alcance dos objetivos traçados nos documentos de ensino e em conformidade com suas necessidades (ICA 37-833, com adaptações).</p>
ATIVIDADES AVALIADAS	Atividades baseadas nos conteúdos das disciplinas, sendo constituídas de vídeos, exercícios e gamificações.
AVALIAÇÃO	Um dos campos da avaliação do ensino, preconizados pelo COMAER, que pretende obter informações ao longo do processo de ensino-aprendizagem sobre os métodos, técnicas e recursos instrucionais empregados no desenvolvimento dos conteúdos previstos (MCA 10-4).
AVALIAÇÃO SOMATIVA	Modalidade de avaliação que classifica os alunos segundo níveis de aproveitamento expressos em graus, concluindo sobre sua aprovação ou não. Os resultados obtidos pelos alunos nas avaliações somativas serão computados para obtenção da média final.
DISCIPLINAS	Fração em que se dividem as áreas de ensino. Constitui um conjunto de informações organizadas de maneira sistemática, que se refere a um determinado campo de conhecimentos ou habilidades (MCA 10-4).
DOCENTE	Militar ou civil assemelhado designado para ministrar aulas em cursos ou estágios realizados no âmbito do COMAER. É também denominado instrutor (MCA 10-4).
DOMÍNIO COGNITIVO	Processo cognitivo pode ser entendido como o meio pelo qual o conhecimento é adquirido ou construído e usado para resolver problemas diários e eventuais (ANDERSON et al., 2001).
EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	Modalidade de ensino na qual a mediação didático-pedagógica ocorre por intermédio das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC), em que os participantes da ação educacional estão separados física ou temporalmente (ICA 37-833, p. 11).

MATERIAL DIDÁTICO	Pode ser definido amplamente como produtos pedagógicos utilizados na educação e, especificamente, como o material instrucional que se elabora com finalidade didática (BANDEIRA, 2009).
PLANO DE DISCIPLINA	Instrumento utilizado para sistematizar o planejamento da disciplina. Compõe-se de: informações básicas (nome do curso, semestre/ano, carga horária, docente), objetivos (geral e específicos), ementa, conteúdo programático (unidades e subunidades), programação das aulas, metodologia e recursos aplicados, instrumentos avaliativos e bibliografia (básica e complementar).
PONTO DE CORTE	Grau/média mínimo (a) a ser atingido (a) pelo discente para ser considerado aprovado no (as) disciplinas/curso ou estágio (MCA 10-4).
PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO	É o instrumento que apresenta a concepção de ensino e aprendizagem do curso e possui características de um projeto, no qual devem ser definidos os seguintes componentes: concepção do curso, estrutura do curso, procedimentos de avaliação. Ele embasa o que se deseja para o ensino, focando, separadamente, cada um dos cursos ministrados pela OE, no atendimento às necessidades da formação.
PROVA	Verificação de aprendizagem composta por questões ou tarefas a serem solucionadas ou executadas pelos instruendos e que visa verificar o alcance dos objetivos estabelecidos. Seus resultados são computados para fins de atribuição de graus, aprovação ou classificação dos instruendos. Pode ser de três tipos: escrita, oral e prática (MCA 10-4).

ANEXO IV
SIGLAS E ABREVIATURAS

4POG	Seção de Assuntos Institucionais
APOG	Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BCA	Boletim do Comando da Aeronáutica
CAdP	Curso de Administração de Pessoal
CF	Comissão Fiscalizadora
CGPA	Curso de Gestão de Pessoal da Aeronáutica
CH	Carga Horária
Cp	Compreensão
COMAER	Comando da Aeronáutica
COMGEP	Comando-Geral do Pessoal
CPG	Comissão de Promoções de Graduados da Aeronáutica
DCA	Diretriz do Comando da Aeronáutica
DCENS	Diretriz de Comando
DEPF	Divisão de Ensino de Pós-Formação
DIRAP	Diretoria de Administração do Pessoal
DIRENS	Diretoria de Ensino
EAD	Educação a Distância
EMAER	Estado-Maior da Aeronáutica
FAB	Força Aérea Brasileira
ICA	Instrução do Comando da Aeronáutica
IEAD	Instituto de Educação a Distância
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LEA	Lei de Ensino da Aeronáutica
LMR	Lista de Merecimento Relativo
MCA	Manual do Comando da Aeronáutica
MF	Média Final
NA	Não Aplicável
NPA	Norma Padrão de Ação
ODGSA	Órgãos de Direção-Geral, Setorial e de Assistência Direta e Imediata ao Comandante da Aeronáutica
OM	Organização Militar
PCA	Plano de Ação do Comando da Aeronáutica

PDE	Padrão de Desempenho de Especialidade
PDEE	Plano de Desenvolvimento Estratégico para o Ensino
PLANSET	Plano Setorial
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PTTC	Prestação de Tarefa por Tempo Certo
SECPROM	Secretaria de Avaliação e Promoções
Si	Síntese
SIGPES	Sistema de Informações Gerenciais de Pessoal
SISAU	Sistema de Saúde da Aeronáutica
SISPAER	Sistema de Pessoal da Aeronáutica
SPM	Seção de Pessoal Militar
TCA	Tabela do Comando da Aeronáutica

ANEXO V
MATRIZ CURRICULAR

CAMPO	DISCIPLINA	CH INSTRUÇÃO	CH AVALIAÇÃO	CH TOTAL
CAMPO TÉCNICO-ESPECIALIZADO				
CIÊNCIAS MILITARES	ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL MILITAR DA AERONÁUTICA	70	3	73
CH TOTAL DO CAMPO TÉCNICO-ESPECIALIZADO		70	3	73
CARGA HORÁRIA REAL DO CURSO				73
ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS				07
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (em tempos)				80
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO (em horas)				80

ANEXO VI
EMENTÁRIO

DISCIPLINA 1: SISTEMA DE PESSOAL DA AERONÁUTICA

CH TOTAL: 02 tempos

EMENTA

1) sistema de pessoal da Aeronáutica (SISPAER).

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) identificar técnicas para o melhor desempenho das funções, relacionando-as aos processos de administração de pessoal (Cp);
- b) explicar os principais processos de administração de pessoal (Cp);
- c) identificar os principais problemas relacionados aos processos de administração de pessoal (Cp);
- d) discutir as possíveis soluções para os problemas relacionados aos processos de administração de pessoal (Cp);
- e) interpretar as legislações utilizadas nos processos de administração de pessoal (Cp); e
- f) coordenar o funcionamento dos principais módulos do SIGPES (Si).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Portaria GABAER nº 662/GC3, de 21 de dezembro de 2023 - Dispõe sobre o Sistema de Pessoal da Aeronáutica (SISPAER);

NSCA 30-1 - Norma do Sistema de Pessoal da Aeronáutica;

ICA 700-1 - Implantação e Gerenciamento de Sistemas no Comando da Aeronáutica; e

PCA 30-1- 2024 - Plano de Pessoal da Aeronáutica (PPAER).

DISCIPLINA 2: PRESTAÇÃO DE TAREFA POR TEMPO CERTO

CH TOTAL: 03 tempos

EMENTA

1) prestação de tarefa por tempo certo pttc designação & prorrogação.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) explicar os principais procedimentos relativos à Prestação de Tarefa por Tempo Certo (PTTC) (Cp); b) identificar os principais problemas relacionados à PTTC (Cp); e c) discutir as possíveis soluções para os principais problemas relacionados à PTTC (Db).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 - Dispõe sobre o Estatuto dos Militares; Portaria Normativa nº 2/MD, de 10 de janeiro de 2017 - Dispõe sobre a prestação de tarefa por tempo certo por militares inativos das Forças Armadas; e ICA 35-13, de 2 de julho de 2020 - Dispõe sobre a Prestação de Tarefa por Tempo Certo no âmbito do Comando da Aeronáutica.

DISCIPLINA 3: MOVIMENTAÇÕES DE PESSOAL MILITAR
CH TOTAL: 04 tempos
EMENTA
1) instrução para plano de movimentação; e 2) movimentações especiais de pessoal militar.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
a) explicar os principais procedimentos para a movimentação de pessoal militar da Aeronáutica (Cp); b) identificar os principais problemas que afetam a movimentação de pessoal militar da Aeronáutica (Cp); e c) discutir as possíveis soluções para os principais problemas que afetam a movimentação de pessoal militar da Aeronáutica (Cp).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
RCA 34-1/2020 – RISAER (Art. 220 a 240); ICA 30-4/2024 – Movimentação de Pessoal Militar; NSCA 30-6/2024 – Elaboração de Proposta de PLAMOV; e NSCA 30-7/2018 – Orientações Específicas para Movimentação no Âmbito da DIRENS.
DISCIPLINA 4: MÓDULO DIRAP
CH TOTAL: 12 tempos

EMENTA
<p>1) tempo de serviço;</p> <p>2) averbação de tempo de serviço;</p> <p>3) processos de inatividade;</p> <p>4) medalhas militares, cartas patentes e registros; e</p> <p>5) processo de prorrogação de tempo de serviço.</p>
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
<p>a) explicar os principais procedimentos para a passagem a inatividade do pessoal militar da Aeronáutica (Cp);</p> <p>b) explicar os principais procedimentos da esfera do pessoal militar inativo da Aeronáutica (Cp);</p> <p>c) identificar os principais problemas relacionados à inatividade do pessoal militar da Aeronáutica (Cp);</p> <p>d) explicar os principais procedimentos para elaboração do Relatório de Cômputo de Tempo de Serviço (Cp);</p> <p>e) explicar os principais procedimentos para a averbação de tempo de serviço na Aeronáutica (Cp);</p> <p>f) explicar os principais procedimentos para a expedição de certidões pela Aeronáutica (Cp); e</p> <p>g) discutir as possíveis soluções para os principais problemas relacionados à inatividade do pessoal militar da Aeronáutica, à elaboração do Relatório de Cômputo de Tempo de Serviço, à averbação de tempo de serviço e à expedição de certidões (Cp).</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>ICA 35-1/2023 – Padronização de Processos Administrativos;</p> <p>Portaria COMGEP nº 1.948/DLE, de 17 de agosto de 2017;</p> <p>Lei nº 6.880, de 09 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares;</p> <p>ICA 36-14/2018 – IR QOCon (BCA nº 157/2018); e</p> <p>Decreto nº 4.238, de 15 de novembro de 1901 – Cria a Medalha Militar.</p>

DISCIPLINA 5: CONTROLE INTERNO NO SETOR DE PESSOAL**CH TOTAL:** 02 tempos**EMENTA**

- 1) controle interno no COMAER; e
- 2) ações de controle interno na área de pessoal.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) explicar os principais procedimentos relativos às atividades de controle interno no Setor de Pessoal (Cp);
- b) identificar os principais problemas relacionados ao controle interno no Setor de Pessoal (Cp); e
- c) discutir as possíveis soluções para os principais problemas relacionados ao controle interno no Setor de Pessoal (Cp).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/1988;

BRASIL. Decreto nº 3.591, de 6 de setembro de 2000. Dispõe sobre o Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e dá outras providências;

BRASIL. Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001. Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências; e

NSCA 179-1/2019 – Norma do Sistema de Controles Interno da Aeronáutica.

DISCIPLINA 6: SPM E PODER JUDICIÁRIO**CH TOTAL:** 04 tempos**EMENTA**

1) ações judiciais relacionadas às atividades de SPM.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) explicar os principais processos judiciais relacionados ao pessoal militar da Aeronáutica Cp);
- b) identificar os principais problemas que envolvem o poder judiciário e os setores de administração de pessoal militar da Aeronáutica (Cp); e
- c) discutir as possíveis soluções para os principais problemas que envolvem o poder judiciário e os setores de administração de pessoal militar da Aeronáutica (Cp).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília/1988;
Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares);
Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 (Regulamenta a Lei do Serviço Militar);
Decreto nº 10.986, de 8 de março de 2022 (Regulamento da Reserva da Aeronáutica);
ICA 35-1/2023 – Padronização de Processo Administrativos; e
DCA 19-4/2021 – Diretriz de Funcionamento das Assessorias Jurídicas no âmbito do Comando da Aeronáutica.

DISCIPLINA 7: SEÇÃO DE PESSOAL DE MILITAR (SPM) E SECPROM**CH TOTAL:** 04 tempos**EMENTA**

1) SECPROM / Responsabilidades da SPM / SPM e CPG.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) explicar os principais procedimentos utilizados pela Comissão de Promoção de Oficiais (CPO) que afetam uma SPM (Cp);
- b) identificar os principais problemas que influenciam o relacionamento entre SPM e CPO (Cp);
- c) discutir as possíveis soluções para os principais problemas que influenciam o relacionamento entre SPM e CPO (Cp);
- d) interpretar documentos e organizar os processos referentes à avaliação e promoções de graduados (Cp);
- e) identificar os fatores para cálculo da Lista de Merecimento Relativo (LMR) com fundamento na DCA 39-1/2008 (Lista de Merecimento Relativo dos Graduados da Ativada Aeronáutica) (Cn); e
- f) localizar as informações sobre a pontuação e faixa de LMR na página de “DADOS PESSOAIS” do SIGPES (Cp).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ICA 39-17/2023 – Processo de Cadastro, Avaliação e Promoções de Graduados da Aeronáutica;
ICA 36-4/2024 – Processo de Cadastro, Avaliação e Promoções de Oficiais da Aeronáutica;
Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares);
Decreto nº 71.500, de 05 de dezembro de 1972 (Conselho de Disciplina); e
Lei nº 5.836, de 05 de dezembro de 1972 (Conselho de Justificação).

DISCIPLINA 8: ENCARGOS ESPECIAIS**CH TOTAL:** 06 tempos**EMENTA**

- 1) transporte; e
- 2) benefícios assistenciais.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) explicar os principais benefícios assistenciais do governo federal relativos ao pessoal militar da Aeronáutica (Cp);
- b) identificar os principais problemas relacionados aos benefícios assistenciais do governo federal relativos ao pessoal militar da Aeronáutica (Cp); e
- c) discutir as possíveis soluções para os principais problemas relacionados aos benefícios assistenciais do governo federal relativos ao pessoal militar da Aeronáutica (Cp).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001. Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nos 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências;

BRASIL. Decreto nº 4.004, de 8 de novembro de 2001. Dispõe sobre a concessão de ajuda de custo e de transporte aos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, e dá outras providências;

ICA 177-31/2004 – Execução, em tempo de paz, do transporte, em território nacional, dos militares da Aeronáutica;

ICA 35-8/2018 – Cumprimento de missões no exterior por militares da Aeronáutica;

Portaria nº 97/AESP1, de 7 de setembro de 2020. Orienta sobre a consulta de distância entre localidades e cotação de passagens, quando for o caso, na execução do transporte de militares em território nacional, para o cálculo de transporte de bagagem, pessoal e automóvel, na modalidade “pagamento em espécie”;

ICA 161-16/2024 – Dispõe sobre procedimentos das atividades do Programa Auxílio-transporte no Comando da Aeronáutica;

ICA 161-15/2024 – Dispõe sobre normas e procedimentos relacionados com o Programa de Assistência Pré-escolar no Comando da Aeronáutica;

Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001 - Institui o Auxílio-transporte, dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores do Poder Executivo Federal, inclusive de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, e dá outras providências;

Manual dos Benefícios Assistenciais do Governo Federal – Módulo 5 – Programa PIS-PASEP; e
Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de Outubro de 1988.

DISCIPLINA 9: PENSÃO MILITAR**CH TOTAL:** 04 tempos

EMENTA
<p>1) legislação da pensão militar; e</p> <p>2) declaração de beneficiários.</p>
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
<p>a) explicar os principais procedimentos relativos à Pensão Militar na Aeronáutica (Cp);</p> <p>b) identificar os principais problemas relacionados à Pensão Militar na Aeronáutica (Cp); e</p> <p>c) discutir as possíveis soluções para os principais problemas relacionados à Pensão Militar na Aeronáutica (Cp).</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA
<p>Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, e suas alterações;</p> <p>Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e suas alterações;</p> <p>Decreto nº 10.742, de 5 de julho de 2021;</p> <p>ICA 47-2/2023 (Habilitação à Pensão Militar);</p> <p>Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019;</p> <p>Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; e</p> <p>Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001.</p>

DISCIPLINA 10: SEÇÃO DE PESSOAL DE MILITAR (SPM) E FINANÇAS**CH TOTAL:** 08 tempos**EMENTA**

- 1) direitos remuneratórios;
- 2) adicionais e gratificações;
- 3) ajustes financeiros e exercícios anteriores; e
- 4) gratificação de representação/diárias e comissionamento.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) explicar os principais procedimentos de pagamento do pessoal militar da Aeronáutica (Cp);
- b) identificar os principais problemas que afetam o pagamento do pessoal militar da Aeronáutica (Cp);
- c) discutir as possíveis soluções para os principais problemas que afetam o pagamento do pessoal militar da Aeronáutica (Cp); e
- d) interpretar as legislações relativas aos itens financeiros (Cp).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019;
Decreto nº 4.307 de 18 de julho de 2022 e alterações;
Portaria GABAER nº 1.347/GC4, de 03 de setembro de 2015;
Ofício SEFA nº 311/CRH/3536, de 28 de julho de 2023;
Medida Provisória nº 2215-10, de 31 de agosto de 2001;
Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 – Estatuto dos Militares;
Decreto nº 11.020, de 30 de Março de 2022; e
ICA 161-15-2024, Encargos Assistenciais Pré-Escolar.
ICA 161-16-2024, Programa de Auxílio-Transporte.

DISCIPLINA 11: MÓDULO SARAM – CADASTRAMENTO DE BENEFICIÁRIOS DO SISTEMA DE SAÚDE DA AERONÁUTICA (SISAU)

CH TOTAL: 06 tempos

EMENTA

- 1) beneficiários do sistema de saúde da Aeronáutica;
- 2) cadastramento de beneficiários do SISAU; e
- 3) discussão de casos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) descrever os tipos de beneficiários do Sistema de Saúde da Aeronáutica - SISAU (Cp);
- b) identificar os principais procedimentos a serem adotados pelos setores de pessoal militar da Aeronáutica para o cadastramento de beneficiários do Sistema de Saúde da Aeronáutica – SISAU (Cp);
- c) identificar os principais problemas relacionados ao cadastro de beneficiários do Sistema de Saúde da Aeronáutica - SISAU (Cp); e
- d) discutir as possíveis soluções para os principais problemas relacionados ao cadastro de beneficiários do Sistema de Saúde da Aeronáutica - SISAU (Cp).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares;

Portaria nº 550/GC6, de 14 de abril de 2004. Mantém a contribuição mensal obrigatória para o Fundo de Saúde da Aeronáutica e para a Assistência Social da Aeronáutica;

Parecer nº 00292/2022/COJAER/CGU/AGU, de 10 julho de 2022 - Direito Militar. Pessoal. Direito à Assistência Médico-Hospitalar; e

Portaria COMGEP nº 257/ALE, de 19 de setembro de 2022. Aprova a reedição das Normas para Prestação da Assistência Médico-Hospitalar no SISAU – NSCA 160-5.

DISCIPLINA 12: JUNTA DE SAÚDE**CH TOTAL:** 02 tempos**EMENTA**

- 1) juntas de saúde; e
- 2) afastamentos por motivo de saúde.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) descrever os principais procedimentos da área de saúde relacionados à atividade de administração de pessoal da Aeronáutica (Cp);
- b) identificar os principais problemas entre a área de saúde e os setores de administração de pessoal da Aeronáutica (Cp); e
- c) discutir as possíveis soluções para os principais problemas entre a área de saúde e os setores de administração de pessoal da Aeronáutica (Cp).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

Portaria nº 1.411/GC3, de 14 de dezembro de 2020. Aprova a reedição do Regulamento Interno dos Serviços da Aeronáutica- RCA 34-1”;

Portaria COMGEP nº 287/3SC1, de 04 de janeiro de 2023. Aprova a reedição da NSCA 160-11 “Juntas de Saúde da Aeronáutica”; e

Portaria DIRAP nº 266/4POG, de 14 de dezembro de 2023. Aprova a reedição da ICA 35-1, “Padronização de Processos Administrativos”, no âmbito do Comando da Aeronáutica.

DISCIPLINA 13: SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DE PESSOAL (SIGPES)**CH TOTAL:** 04 tempos**EMENTA**

- 1) módulos – controle de acesso - pessoal; e
- 2) SIGPES – módulo boletim.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) coordenar o funcionamento dos principais módulos do SIGPES relacionados à atividade de administração de pessoal da Aeronáutica (Si);
- b) distinguir as principais discrepâncias nas informações prestadas ao SIGPES pelos setores de administração de pessoal da Aeronáutica (Cp); e
- c) discutir as possíveis soluções para as principais discrepâncias nas informações prestadas ao SIGPES pelos setores de administração de pessoal da Aeronáutica (Cp).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

http://www.sti.intraer/documentos/tutoriais/boletim_2/tutorial_novo_boletim_interno.pdf Acesso em: 08 nov.2024.

DISCIPLINA 14: ARQUIVOLOGIA E GESTÃO DE DOCUMENTOS**CH TOTAL:** 02 tempos**EMENTA**

- 1) arquivologia e gestão de documentos no COMAER; e
- 2) gestão de documentos da SPM.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) identificar os principais aspectos históricos da Arquivologia (Cn);
- b) citar as principais definições, princípios e conceitos da área Arquivística (Cn);
- c) indicar o campo de atuação da Arquivologia no COMAER (Cn);
- d) relacionar a teoria arquivística aproximando-a da realidade das atividades realizadas pela Seção de Pessoal Militar (SPM) (Cn); e
- e) identificar os principais aspectos da Gestão de Documentos da SPM (Cp).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

THOMASSEM, Theo. Uma primeira introdução à Arquivologia. Arquivo & Administração, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, 2006;

Portaria nº 47, de 14 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre o Código de Classificação e Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos relativos às atividades-meio do Poder Executivo Federal;

ARQUIVO NACIONAL. Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005;

CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS. Coletânea da legislação arquivística brasileira e correlata; e

ARQUIVO NACIONAL. Portaria AN/MJ nº 157, de 18 de outubro de 2013. Aprova o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim do Ministério da Defesa, ficando a cargo do Ministério da Defesa e dos Comandos da Aeronáutica, do Exército e da Marinha dá publicidade aos referidos instrumentos técnicos.

DISCIPLINA 15: FUNDAMENTOS DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS**CH TOTAL:** 02 tempos**EMENTA**

- 1) processo administrativo; e
- 2) administração por objetivos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) identificar os principais aspectos históricos da Arquivologia (Cn);
- b) citar as principais definições, princípios e conceitos da área Arquivística (Cn);
- c) indicar o campo de atuação da Arquivologia no COMAER (Cn);
- d) relacionar a teoria arquivística aproximando-a da realidade das atividades realizadas pela Seção de Pessoal Militar (SPM) (Cn); e
- e) identificar os principais aspectos da Gestão de Documentos da SPM (Cp).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

DRUCKER, Peter Ferdinand. Prática de administração de empresas. 6. ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1972.

NSCA 5-1/2011 - Confecção, Controle e Numeração de Publicações Oficiais do COMAER.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas. 22. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SERRA, Fernando A. Ribeiro; TORRES, Alexandre Pavan; TORRES, Maria Candida. Administração estratégica: conceitos, roteiro prático e casos. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2004.

CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

DISCIPLINA 16: COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL**CH TOTAL:** 05 tempos**EMENTA**

- 1) comportamento individual;
- 2) motivação; e
- 3) cultura organizacional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) identificar os principais aspectos envolvidos no comportamento organizacional (Cn).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CCHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana a revolução digital. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

BARBOSA, Christian. A Tríade do tempo. Rio de Janeiro: Sextante, 2012.

GOLEMAN, Daniel. Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. Edição revista. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Teoria geral da administração: da revolução urbana a revolução digital. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

WEIL, Pierre; TOMPAKOW, Roland. O corpo fala: a linguagem silenciosa da comunicação não-verbal. 56 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.